

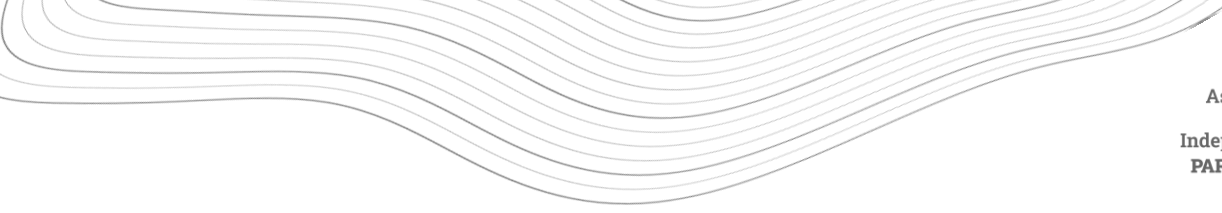
Caderno de apoio às escolhas de projetos do Anexo I.1

Gerência de Reparação

**Belo Horizonte
Fevereiro, 2026**

Sumário

1. Introdução	0
2. Dinâmica da vizinhança e os projetos locais	1
3. Potencialidades e Vulnerabilidades da Região 3.....	2
4. Atividades Econômicas Principais da Região 3.....	5
5. Distribuição dos Danos na Região 3.....	8
6. Como avaliar a viabilidade e os efeitos positivos dos projetos?	9
7. Exemplo de análise de projeto	18
8. Considerações finais.....	18



Assessoria
Técnica
Independente
PARAOPEBA

NACAB
NÚCLEO DE ACESSORIA
ÀS COMUNIDADES ATINGIDAS
POR BARRAGENS

1. Introdução

Olá, conselheiros e conselheiras da Região 3!

Este material foi elaborado para apoiar as pessoas atingidas na decisão sobre os projetos que serão realizados nos territórios, em nível local, regional e, quando necessário, inter-regional. Ele reúne informações e orientações que podem apoiar na escolha de projetos que realmente contribuam para a reparação e para a melhoria das condições de vida nas comunidades.

A escolha dos projetos é uma das etapas mais importantes do Anexo I.1, pois define como os recursos da reparação serão utilizados nos territórios. Essa decisão precisa considerar os danos sofridos, as características de cada comunidade e as possibilidades reais de cada território. Por isso, este Caderno apresenta informações que ajudam a analisar essas dimensões e a fazer escolhas mais justas, viáveis e coletivas.

Os representantes das comunidades que participam dos Conselhos e Setores têm um papel central nesse processo. São eles que levam para esses espaços as vozes, as demandas e as decisões de suas comunidades, de seus municípios e de sua região atingida, definindo os projetos que serão executados em nível local e regional. Nesse sentido, a Proposta Definitiva estabelece que:

Os projetos das comunidades devem ter como objetivo a melhoria das condições de vida das comunidades, municípios ou região, como uma das formas de reparação dos danos coletivos causados pelo rompimento da barragem da Vale na Bacia do Paraopeba e Represa de Três Marias (p. 24).

Essa orientação deixa claro que a decisão sobre os projetos pertence a todas as pessoas atingidas, representadas pelos conselheiros, e que os projetos existem para enfrentar os danos coletivos e melhorar as condições de vida nos territórios. Dessa forma, os projetos não se limitam a obras, cursos ou compras de equipamentos, mas também devem contribuir para melhorar o trabalho, a renda

e a alimentação, e fortalecer a vida comunitária, as expressões culturais e os modos de viver das pessoas atingidas.

No Encontro de Atingidos e Atingidas da Bacia do Rio Paraopeba e Represa de Três Marias, realizado em Sarzedo, no ano de 2021, foram definidos princípios para orientar a gestão dos projetos. Entre eles estão o protagonismo e a autonomia das pessoas atingidas, a amplitude territorial, a integração e a união, e a autossustentabilidade. Esses princípios indicam que os projetos devem ser pensados pelas próprias pessoas atingidas, devem buscar beneficiar o maior número possível de comunidades e precisam ter condições de continuar ao longo do tempo.

A Proposta Definitiva também orienta que, no Projeto Piloto do Anexo I.1, sejam priorizados projetos mais emergenciais e com maior capacidade de gerar resultados. Projetos que funcionam bem podem ser ampliados e fortalecidos nas etapas seguintes. Por isso, neste primeiro momento, é importante refletir sobre o que é mais necessário para as comunidades e sobre quais projetos podem abrir caminho para um processo de reparação mais amplo, justo e duradouro.

2. Dinâmica da vizinhança e os projetos locais

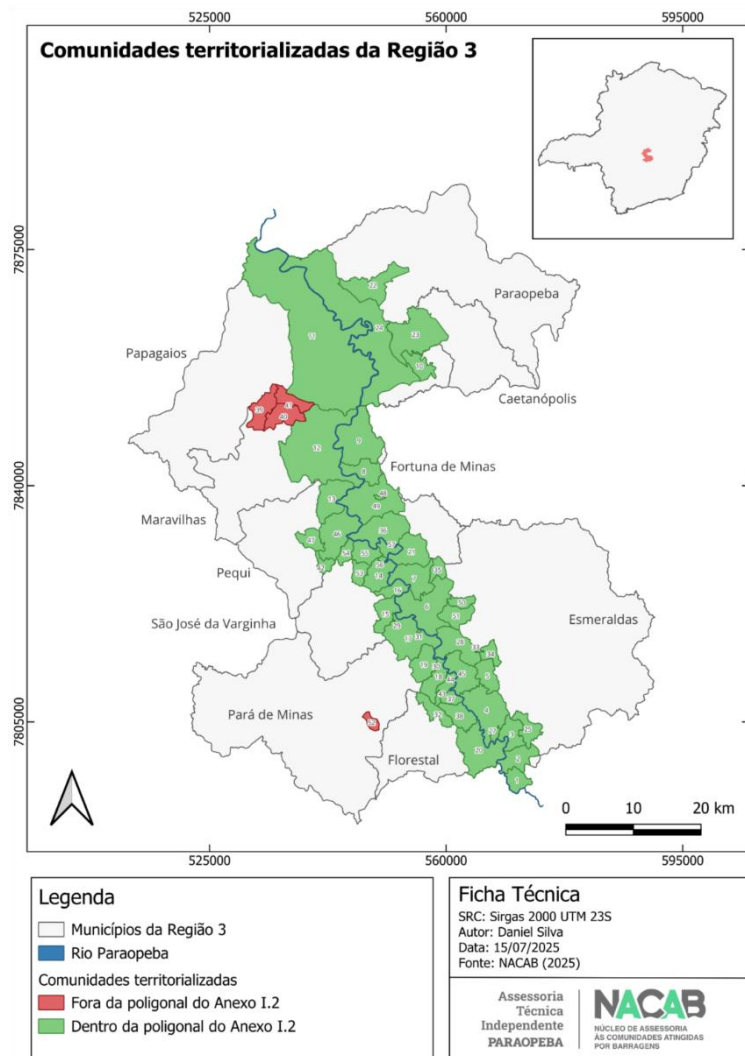
Nas rodadas locais realizadas nas comunidades da Região 3, as pessoas atingidas discutiram a chamada dinâmica da vizinhança. O exercício consistiu em relacionar os danos vividos em cada município com as principais ideias de projetos apresentadas pelas comunidades, de forma que os projetos respondessem aos problemas mais sentidos em cada território.

Dessa forma, a escolha dos projetos parte sempre dos danos. Os danos mostram quais dificuldades são mais fortes em cada local, como a diminuição da renda, a dificuldade de produzir alimentos, a interrupção das práticas culturais, o enfraquecimento da vida comunitária e as mudanças nos modos de vida. Os projetos devem enfrentar esses problemas e contribuir para melhorar as condições de vida das pessoas atingidas.

3. Potencialidades e Vulnerabilidades da Região 3

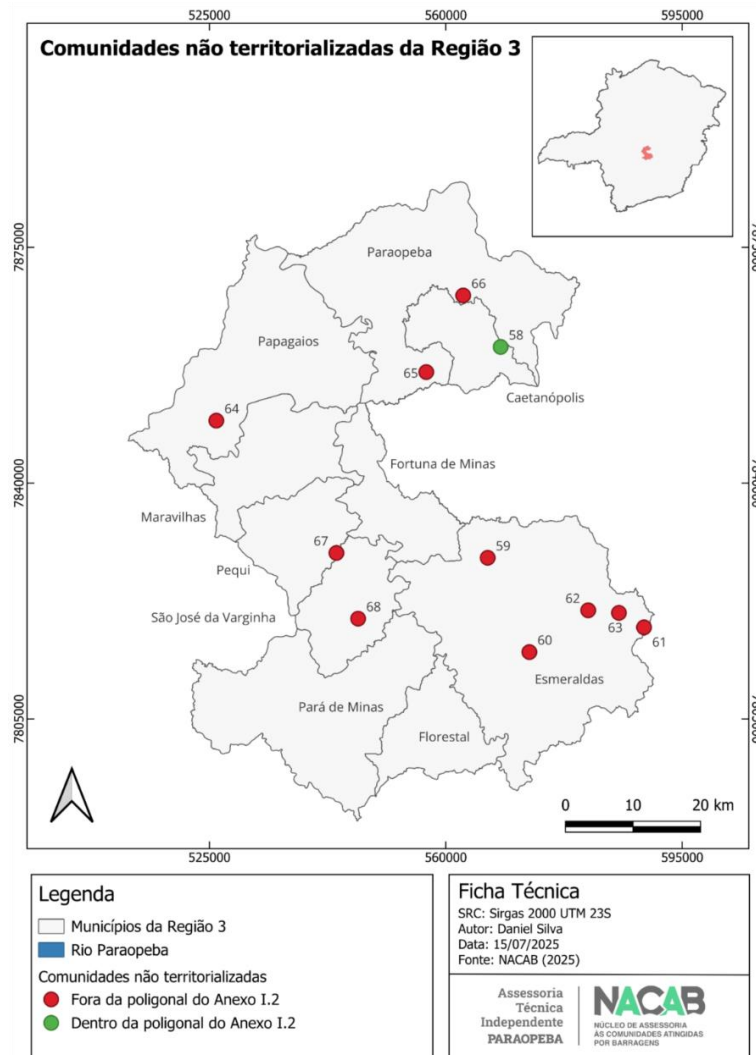
A Região 3 é formada por municípios e comunidades com grande diversidade social, cultural, econômica e ambiental. Ao todo, a Região 3 reúne 70 comunidades atingidas, conforme apresentado nas Figuras 1 e 2.

Figura 1. Mapa das coletividades da Região 3 com limites territoriais definidos



Fonte: ATI Paraopeba NACAB, 2025

Figura 2. Mapa das coletividades da Região 3 sem limites territoriais definidos



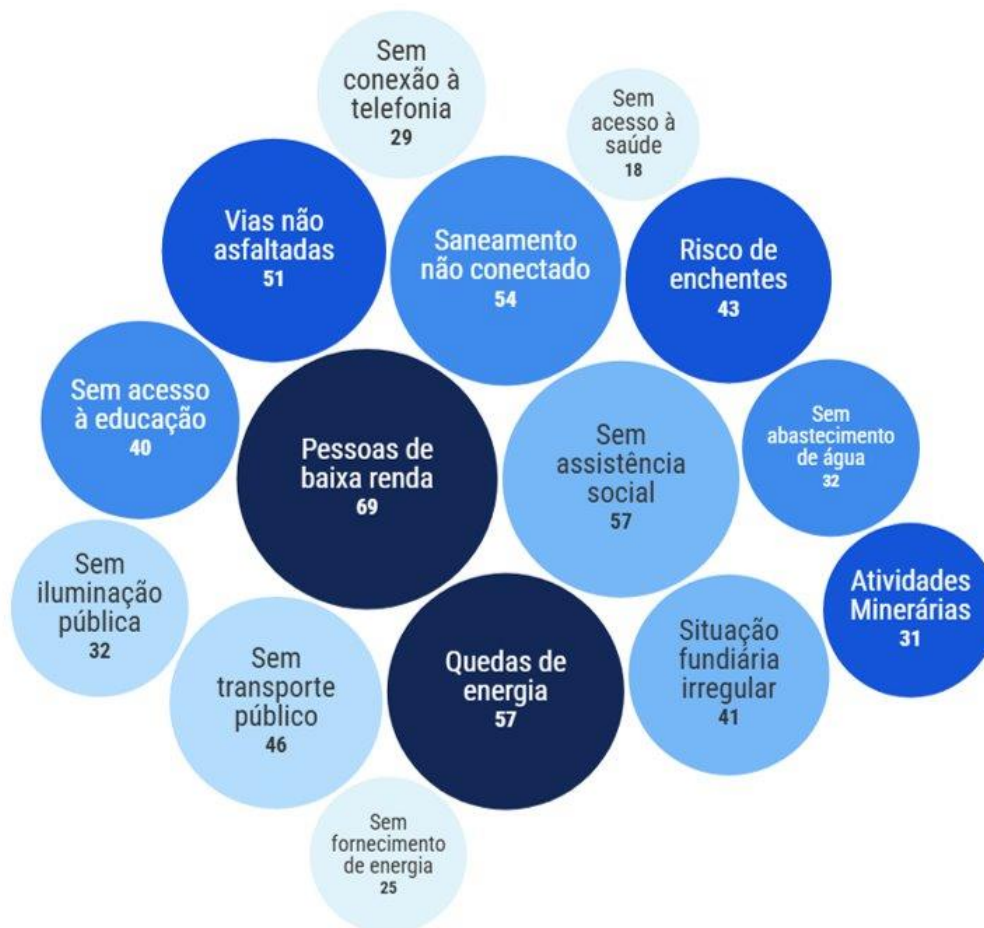
Fonte: ATI Paraopeba NACAB, 2025

Cada território tem sua história, seus modos de vida, suas formas de produção e sua organização comunitária. Ao mesmo tempo, o rompimento da barragem agravou a vulnerabilidade socioeconômica, trazendo dificuldades para o trabalho, para a produção de alimentos, para a renda das famílias e para a vida em comunidade.

Em todos os municípios da Região 3 existem problemas de saneamento e infraestrutura básica, como dificuldades no acesso à água de qualidade, ao tratamento de esgoto, à coleta de lixo e a equipamentos comunitários. Essas questões ficaram mais graves após o rompimento, aumentando a

vulnerabilidade das pessoas atingidas. A seguir são apresentados dados e mapas que ilustram as principais vulnerabilidades identificadas na Região 3 (Figura 3).

Figura 3. Principais vulnerabilidades identificadas na Região 3



Fonte: ATI Paraopeba NACAB, 2025

Refletir sobre as potencialidades e vulnerabilidade da Região 3 é também um exercício importante para orientar as decisões sobre os projetos. Esse olhar levanta perguntas como: de que forma podemos aproveitar nossas potencialidades, como a diversidade cultural, econômica e ambiental? E como enfrentar as vulnerabilidades, como os desafios relacionados à coleta de lixo?

4. Atividades Econômicas Principais da Região 3

A Região 3 vai além dos desafios enfrentados após o rompimento. Ela possui diversas atividades econômicas que seguem vivas nos territórios e garantem renda, alimentação, cultura e permanência das famílias nas comunidades. Plantio de hortas, criação de animais, desde o gado até criação de minhocas para pesca, produção de alimentos e de mel, artesanato e turismo são exemplos de atividades que fazem parte do dia a dia das pessoas atingidas.

Algumas dessas atividades foram organizadas pela ATI NACAB como potenciais Arranjos Produtivos Locais (APLs), que são grupos de pessoas e comunidades que trabalham com a mesma atividade e que podem se fortalecer coletivamente por meio dos projetos do Anexo I.1. No quadro a seguir, é possível observar as atividades produtivas existentes e os potenciais APLs da Região 3.

Quadro 1. Caracterização das atividades produtivas e dos potenciais APLs da Região 3

Atividade Produtiva	Entradas	Processos	Saídas
Horticultura e quintais produtivos	Sementes e mudas; água para irrigação; insumos orgânicos e composto; ferramentas manuais; mão de obra familiar.	Preparo de canteiros e adubação orgânica; plantio e tratos culturais; irrigação; colheita; seleção e embalagem; venda direta em circuitos curtos.	Hortaliças e frutas frescas; alimentos agroecológicos para consumo familiar e comercialização local.

Atividade Produtiva	Entradas	Processos	Saídas
Bovinocultura de leite e corte	Pastagens e suplementação alimentar; água; instalações de ordenha e armazenamento simples; mão de obra familiar.	Criação e manejo do rebanho; ordenha; armazenamento e transporte do leite; abate em pequena escala quando aplicável.	Leite <i>in natura</i> e derivados artesanais; carne em pequena escala; esterco para uso agrícola e minhocultura.
Minhocultura e vermicompostagem	Esterco bovino curtido; água; canteiros, cobertura (sombrite); carrinho de mão, enxada, pá, peneiras; mão de obra familiar.	Fermentação e manejo do esterco; alimentação dos canteiros; manejo e coleta; separação do húmus.	Minhocas vivas (isca) e húmus; biofertilizantes para uso próprio e venda esporádica.
Apicultura e meliponicultura	Colmeias e caixas padronizadas; abelhas Apis e nativas; flora melífera; equipamentos de manejo; mão de obra familiar.	Manejo das colmeias; extração e beneficiamento do mel e própolis; armazenamento.	Mel, própolis e cera; polinização de culturas locais.

Atividade Produtiva	Entradas	Processos	Saídas
Agroindústria familiar e processamento artesanal	Matérias-primas locais (leite, frutas, panificação); utensílios e equipamentos básicos; água de qualidade; mão de obra familiar.	Beneficiamento artesanal conforme tradição local; boas práticas de manipulação; embalagem e rotulagem.	Derivados lácteos, polpas, doces e quitandas; produtos para consumo e venda local.
Turismo e lazer de base comunitária	Patrimônio cultural e natural; espaços comunitários; organização social; hospedagem familiar (quando existente).	Planejamento participativo; recepção de visitantes; oferta de experiências culturais e gastronômicas.	Serviços de visitação e hospedagem familiar; venda complementar de produtos locais; valorização cultural do território.

Fonte: ATI Paraopeba NACAB, 2025

Trabalhar a partir dos APLs contribui para gerar renda, reduzir custos, fortalecer associações e cooperativas e ampliar as chances de continuidade dos projetos ao longo do tempo. Isso significa que uma estratégia importante para a reparação é partir do que já existe no território e propor projetos que fortaleçam as atividades desenvolvidas pelas comunidades.

Os projetos do Anexo I.1 podem e devem ligar essas dinâmicas socioterritoriais¹ e os APLs aos danos registrados. Por exemplo, projetos de hortas e agroindústria ajudam a enfrentar a insegurança alimentar e a perda ou diminuição da renda. Projetos culturais, de turismo comunitário e de economia solidária ajudam a enfrentar os danos aos modos de vida, à cultura e à organização social das comunidades.

5. Distribuição dos Danos na Região 3

No levantamento feito pelas pessoas atingidas e sistematizado pela ATI NACAB, foram registrados 72 tipos de danos coletivos na Região 3. Esses danos foram organizados em categorias, grupos e eixos, para ajudar a entender onde os problemas são mais fortes e como os projetos podem ajudar a enfrentá-los. Desse total, 14 danos foram inicialmente considerados não pertinentes pela Entidade Gestora. Desses, 7 estão em processo de revisão junto à ATI, o que mostra que a leitura dos danos continua em disputa e precisa ser acompanhada pelas pessoas atingidas.

Para orientar a escolha dos projetos, a Entidade Gestora agrupou os danos em três grandes eixos para a etapa de priorização. São eles:

- O Eixo Trabalho e Renda reúne os danos ligados à perda de atividades econômicas, ao enfraquecimento do comércio, da produção e das formas de sustento das famílias.
- O Eixo Educação, Cultura e Cidadania reúne os danos ligados aos modos de vida, à cultura, à sociabilidade, às tradições, ao lazer, à educação e à saúde das comunidades.

¹ São o conjunto de atividades econômicas realizadas no território, bem como às vocações identificadas a partir das práticas sociais, produtivas e organizativas, dos saberes locais, dos valores culturais, das formas de uso do espaço e das condições estruturais existentes. Assim, expressam atividades e práticas que se encontram em funcionamento e potenciais de fortalecimento, continuidade e desenvolvimento presentes nas comunidades.

- O Eixo Soberania, Água, Alimentação e Energia reúne os danos ligados ao acesso à água, à produção de alimentos, à moradia e às condições básicas de vida nos territórios.

Para os Povos e Comunidades Tradicionais, além desses eixos, há um eixo específico, pois seus modos de vida, suas culturas e suas territorialidades foram atingidas de forma particular pelo rompimento. Esse eixo trata da Tradição Cultural e da Economia Tradicional.

A análise da distribuição dos danos mostrou que, em todas as comunidades da Região 3, 49,8% dos danos estão concentrados no Eixo Educação, Cultura e Cidadania. Entre os Povos e Comunidades Tradicionais, esse percentual é ainda maior, chegando a 64%, o que evidencia o peso dos danos sobre os modos de vida, a cultura e a organização social desses grupos.

Quando se observa a distribuição por grupos de danos, percebe-se que os mais frequentes estão ligados aos Modos de Vida, que representam 23,7% do total, e à Atividade Econômica, Trabalho e Produção, que representam 23,6%. Esses dois grupos pertencem a eixos diferentes, mas juntos mostram que os maiores efeitos do rompimento recaíram sobre as formas de viver, trabalhar e se sustentar nos territórios atingidos.

6. Como avaliar a viabilidade e os efeitos positivos dos projetos?

Agora que já relembramos as dinâmicas socioterritoriais e as vulnerabilidades da R3, os danos e os eixos estratégicos do Anexo I.1, é o momento de olhar para as ideias de projetos apresentadas pelas comunidades. Nem todos os projetos têm a mesma viabilidade, o mesmo alcance ou os mesmos resultados. Por isso, é importante analisar cada proposta com cuidado antes de decidir.

O primeiro passo é verificar os danos priorizados e a que tipo de dano o projeto responde, pois, um projeto de reparação precisa enfrentar problemas reais vividos pelas pessoas atingidas. Lembrando que os Conselhos Locais e o Conselho Regional já passaram pela etapa de priorização de danos.

Uma segunda estratégia é verificar se o projeto coincide com as dinâmicas socioterritoriais das comunidades. Projetos que se baseiam em atividades, práticas e experiências que já existem no território têm mais chance de dar certo, porque as pessoas já possuem conhecimento, experiência e vínculos nessas áreas.

O terceiro passo é avaliar a viabilidade do projeto para o território específico que ele está sendo proposto. Isso inclui analisar aspectos técnicos, socioterritoriais, operacionais e financeiros da proposta. Essa análise ajuda a entender se o projeto pode ser realizado de forma concreta e a identificar os principais riscos, o que permite pensar em soluções antes que os problemas apareçam.

Para ajudar nessa análise, as comunidades e coletivos têm à disposição a ferramenta *critérios de apoio à análise de viabilidade dos projetos* (Quadro 2), que pode ser respondido por etapas, de modo que o projeto só passe à etapa seguinte, caso responda positivamente às perguntas da etapa atual.

Além da análise de viabilidade, é importante observar os efeitos positivos dos projetos. Alguns projetos dependem de obras grandes, empresas externas ou autorizações difíceis, o que pode atrasar ou inviabilizar sua execução. Outros podem acabar quando o dinheiro inicial termina.

Ao mesmo tempo, é importante observar os efeitos positivos que os projetos podem gerar, como geração de renda, melhoria da alimentação da comunidade e fortalecimento da cultura local ou regional. Outros projetos podem gerar inclusão de grupos que são historicamente vulnerabilizados, como mulheres, jovens e pessoas com deficiência, o que é muito benéfico para o projeto e para esses grupos, pois pode contribuir, por exemplo, para sua autonomia financeira. Além disso, existem projetos que podem fortalecer a organização comunitária, gerar benefícios para a interação e a convivência entre as pessoas da comunidade e, até mesmo, gerar relações com outras comunidades.

Por isso, ao decidir sobre o projeto que será desenvolvido em uma comunidade, devemos pensar se ele é viável, mas também refletir sobre o que

ele pode trazer de benefícios para as pessoas envolvidas, a comunidade ou o município. Isso é fundamental para defender que é esse projeto que precisa acontecer, e não outro projeto.

Quadro 2. Critérios de apoio à análise de viabilidade dos projetos

ETAPA 1 – TERRITÓRIO E DANOS PRIORIZADOS				
<p>1. Projeto: () Local () Regional</p> <p>2. O projeto pode ser realizado no período do Projeto-piloto? () Sim () Sim, com ajustes () Não</p>	<p>3. O projeto responde a qual dano priorizado? _____ _____</p> <p>Como essa relação é avaliada? () Forte () Média () Fraca</p>	<p>4. Em uma escala de 1 a 5, sendo 1 – pouco e 5 – muito, o quanto o projeto se alinha com as demandas da comunidade ou do município atingido? () 1 () 2 () 3 () 4 () 5</p>	<p>5. Em uma escala de 1 a 5, o quanto a comunidade/território vai se beneficiar do projeto? Considere: 1 - poucas pessoas, 2 - poucos grupos, 3 - metade da comunidade, 4 - muitas pessoas/grupos e 5 - praticamente toda comunidade () 1 () 2 () 3 () 4 () 5</p>	<p>6. O projeto está ligado ao que já existe e acontece na comunidade ou território? () Não () Sim, em nível municipal () Sim, em nível regional () Sim, em ambos</p> <p>Qual(is)? _____ _____</p>
ETAPA 2 – VIABILIDADE TÉCNICA MÍNIMA				
<p>7. A qualidade e a quantidade de água que a comunidade tem acesso é suficiente para o andamento do projeto? () Sim () Não</p>	<p>8. E o acesso à energia, é suficiente para o projeto? () Sim () Não</p> <p>9. As estradas de acesso são adequadas às necessidades de uso pelo projeto? () Sim () Não</p>	<p>10. [Se aplicável] existe estrutura ou terreno regularizado para o projeto? () Não () Sim () Em processo de cessão/arrendamento () Em processo de regularização fundiária</p>	<p>11. O recurso para projeto (pequenos e médios) do Anexo I.1 cobre esse projeto? () Sim () Não</p>	<p>12. Será preciso capacitar a população local e/ou precisará de pessoal externo com conhecimento técnico? () Não são necessários () Capacitação interna () Expertise externa () Ambos</p>

ETAPA 3 – ASPECTOS ECONÔMICO, LEGAL, SOCIOAMBIENTAL E RISCOS

<p>13. [Quando aplicável] existe demanda pelo produto? <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim, local <input type="checkbox"/> Sim, regional</p> <p>Como é o acesso ao mercado: <input type="checkbox"/> Direto <input type="checkbox"/> Depende de atravessador <input type="checkbox"/> Ainda não existe acesso</p> <p>Por quanto tempo o projeto consegue se manter funcionando com o recurso do I.I? <input type="checkbox"/> Não é um projeto voltado para geração de renda <input type="checkbox"/> Apenas no curto prazo <input type="checkbox"/> No médio prazo <input type="checkbox"/> No longo prazo <input type="checkbox"/> Ainda não é possível saber</p>	<p>14. O projeto tem potencial de gerar conflitos? <input type="checkbox"/> Nenhum <input type="checkbox"/> Baixo <input type="checkbox"/> Médio <input type="checkbox"/> Alto</p> <p>Observações (internos, externos, quais): _____ _____</p> <p>15. Grau de riscos associados ao projeto: <input type="checkbox"/> Baixo <input type="checkbox"/> Médio <input type="checkbox"/> Alto</p> <p>Principais fontes de risco: _____ _____</p>	<p>16. O projeto pode causar algum dano ao meio ambiente? <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim, baixo impacto <input type="checkbox"/> Sim, médio impacto <input type="checkbox"/> Sim, alto impacto</p> <p>Se sim, esses danos podem ser evitados ou reduzidos com ações? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não</p>	<p>17. O projeto exige:</p> <p>- Licenciamento ambiental? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não</p> <p>- Outras licenças ou autorizações? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não</p> <p>Tempo estimado para obter a licença ou autorização: <input type="checkbox"/> Curto <input type="checkbox"/> Médio <input type="checkbox"/> Longo</p>	<p>18. O projeto exige manutenção: <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim, a médio prazo <input type="checkbox"/> Sim, a longo prazo <input type="checkbox"/> Sim, a médio e longo prazo Obs.: _____ _____ _____</p>
---	---	--	---	---

7. Exemplo de análise de projeto

Imagine uma comunidade que identificou a diminuição de renda e a dificuldade de produzir alimentos como danos prioritários. Uma proposta de projeto é a implantação de hortas comunitárias.

Ao analisar a proposta, a comunidade observa que já existem pessoas que cultivam hortas no território, que há acesso à água e terra disponível e que a produção pode beneficiar várias famílias. O projeto também contribui para a alimentação das pessoas e para a geração de renda.

Nesse caso, o projeto apresenta relação com os danos identificados e priorizados pela comunidade, tem conexão com o que já é realizado no território, é viável e promove efeitos sociais positivos.

8. Considerações finais

A escolha dos projetos do Anexo 1.1 é um momento importante no processo de reparação socioeconômica da Região 3. Essa decisão não trata apenas da aplicação de recursos, mas da definição de caminhos para enfrentar os danos coletivos e fortalecer as condições de vida das pessoas atingidas nos territórios.

Ao longo deste material, foram apresentados elementos que podem apoiar esse processo de decisão coletiva, como a relação entre danos e projetos, as características sociais e econômicas da Região 3 e os potenciais arranjos produtivos locais. Também foi abordado a distribuição dos danos, os critérios que podem ajudar a analisar se os projetos são viáveis e os efeitos positivos que eles podem gerar. Esses aspectos ajudam a orientar escolhas mais conscientes, conectadas com a realidade das comunidades e com as possibilidades de continuidades das ações no território.

Os projetos que nasceram das discussões nas comunidades e nos espaços de Governança Popular expressam necessidades reais e apontam caminhos para o enfrentamento dos danos, com propósito de restabelecer ou melhorar as

condições de vida nos territórios. Quando estão ligados aos danos identificados, às dinâmicas socioterritoriais e às formas de organização comunitária, esses projetos contribuem não apenas para responder a problemas imediatos, mas também para fortalecer a autonomia e a organização social das pessoas atingidas.

Este material não substitui o diálogo nas comunidades nem os espaços de decisão da Governança Popular. Seu objetivo é apoiar esse processo, reunindo informações de forma organizada e acessível para que conselheiros, conselheiras, lideranças e demais integrantes das comunidades possam refletir e decidir de maneira coletiva e responsável.

A reparação é um processo que se constrói ao longo do tempo. A escolha dos projetos do Anexo I.1 representa um passo importante nessa caminhada, que segue sendo conduzida pelas pessoas atingidas na defesa, fortalecimento e continuidade de seus territórios, modos de vida e perspectivas de futuro.